Atividade de extensão: Sanfran Social

Coordenadora: Professora Dra. Juliana Krueger Pela (julianapela@usp.br)

Colaborador: Rafael Edelmann

ETAPA DE FORMAÇÃO
2016

TEMA	DATA	TEXTOS INDICADOS PARA LEITURA
1. Terceiro Setor.	07.10.2016	Peter Dobkin Hall. A Historical Overview of Philantropy, Voluntary Associations, a Nonprofit Organizations in the United States, 1600-2000. . In: Walter W. Powell; Richa Steinberg (editors). The Nonprofit Sector – A Research Handbook. 2nd edition, pp. 32-6. Elizabeth T. Boris; C. Eugene Steuerle. Scope and Dimensions of the Nonprofit Sector. Walter W. Powell; Richard Steinberg (editors). The Nonprofit Sector – A Resear Handbook. 2nd edition, pp. 66-88. Gustavo Justino de Oliveira. Direito do Terceiro Setor. In: Revista de Direito do Terce Setor (RDTS), Belo Horizonte, ano 1, n. 1, jan/jun 2007, pp. 11-38.
2. ONG: estrutura e funcionamento. Governança.	14.10.2016	Kari Steen Johnsen; Philippe Eynard; Filip Wijkstrom. On Civil Society Governance: Emergent Research Field. Voluntas (2011) 22:555-565.

3. Associação (“formas jurídicas”)	21.10.2016	Carlos Eduardo GUERRA SILVA; Tomaz de Aquino REZENDE; Reynaldo Maia MUN Ivan Beck CKAGNAZAROFF. *Formas Jurídicas no Terceiro Setor Brasileiro: estatuto legal, evidên empíricas e formalismo*. In: Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 16, n. 58, São Paulo, 201 Maira Rocha; Marcelo Iacomini. As Associações e o Novo Código Civil. In: Erası Valladão (coord). Direito Societário Contemporâneo I. São Paulo, Quartier Latin, 2009, 425-457.
4. Parcerias	28.10.2016	Leandro Marins de Souza. Parcerias entre a Administração Pública e o Terceiro Set sistematização e regulação. Tese de Doutorado. Faculdade de Direito da USP. 2010, 103-193. Valéria Maria Trezza. O termo de parceria como instrumento de relação público/privado sem f lucrativos: O Difícil Equilíbrio entre Flexibilidade e Controle. Dissertação de mestrado. Escola Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. 2007, pp. 58-129.
5. Isenções e imunidades fiscais. Certificados.	04.11.2016	**Aspectos teóricos:** Luis Eduardo Patrones Regules. Terceiro Setor: regime jurídico das OSCIPs. São Pau Editora Método, 2006, capítulo 4. Maria José Reis Pontoni. A formalização Jurídica das OSCIPs. In: Gustavo Justino Oliveira (coord). Direito do Terceiro Setor. Belo Horizonte: Fórum, 2008, pp. 55-74. **Aspectos práticos:** OSCIP. Série Empreendimentos Coletivos. SEBRAE. Elisabete Ferrarezi. OSCIP: a Lei 9790/99 como alternativa para o Terceiro Setor. 2ª Brasília: Comunidade Solidária, 2002.
6. Financiamento. Doação e captação de recursos.	11.11.2016	Lise Verterlund. Why Do People Give?. In: Walter W. Powell; Richard Steinberg (editoı The Nonprofit Sector – A Research Handbook. 2nd edition, pp. 568-587.
7. Transparência e accountability.	18.11.2016	Tomáz de Aquino Resende. A necessidade do velamento do Ministério Público pe atividades das organizações de direito privado sem fins lucrativos, inclusive das associaçõ In: Revista de Direito do Terceiro Setor (RDTS), Belo Horizonte, ano 2, n. 3, jan/jun 20 pp. 33-59. Robert. E. Goodin. Democratic Accountability: The Third Sector and All. Working Paı

		n. 19. Jun/2003. Alan Greer; Paul Hoggett; Stella Maile. Are quasi-governmental organisations effective a accountable?. In: Chris Cornforth (editor). The Governance of Public and Non-Pro Organisations, pp. 40-56.
8. Críticas. Casos.	25.11.2016	Jonathan Murphy. The Dark Side, In: "Third Sector Research", Springer, 2010, pg. 253-2(**Casos:** Escândalo do Ministério dos Esportes Esquema de venda de OSCIPS

***

Material de apoio: Manual do Terceiro Setor, Instituto Pro Bono (IPB).